



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Plano Operacional do Mecanismo Multissectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento

**e Resposta à Violência
contra Crianças nas Escolas,
incluindo Assistência às
Vítimas**

Plano Operacional do Mecanismo Multissectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento

**e Resposta à Violência contra Crianças nas
Escolas, incluindo Assistência às Vítimas**



Ficha Técnica

Título:

Plano Operacional do Mecanismo Multissectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta à Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas

Propriedade:

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

Edição:

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Maputo Dezembro 2022

Coordenação:

Pedro Cossa e Judite Sambo (MINEDH)

Elaboração e supervisão:

Gabriela Silva, Maria Dulce Brites Machava e Lara Longle (UNICEF)













Design:

Mélio Tinga

Acrónimos

CCPC	Comités Comunitários de Protecção a Criança
CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
DAT	Direcção de Assuntos Transversais
DNFP	Direcção Nacional de Formação de Professores
DNUSE	Direção de Nutrição e Saúde Escolar
DPE	Direção Provincial de Educação
FAWEMO	Forum for African Women Educationalists Mozambique
FSS-Canada	Field Support Services Canada
GAFMVV	Gabinetes de Atendimento a Família e Menores Vítimas de Violência
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
IPAJ	Instituto de Assistência e Patrocínio Jurídico
LFC	Linha Fala Criança
MEPT	Movimento de Educação para Todos
MMPDERVCC	Mecanismo Multissectorial para a <i>Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas</i> , incluindo Assistência às Vítimas
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
MINT	Ministério do Interior
MISAU	Ministério da Saúde
MITESS	Ministério do Trabalho e Segurança Social
MJCR	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PFG	Ponto Focal de Género
PGR	Procuradoria Geral da República
PMA	Programa Mundial de Alimentação
RAMAS	Repartição de Assuntos da Mulher e Acção Social
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Criminal
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VCC	Violência Contra Criança

Índice

	Acrónimos.....	5
	Introdução	9
	Objectivos deste Plano Operacional	11
	Objectivo Geral:	11
	Objectivos Específicos	11
	Metodologia.....	11
	Coordenação multisectorial	13
	Actividades	19
	Riscos e estratégias de mitigação	21
	Sistema de Monitoria e Avaliação.....	22
	Plano Operacional e Cobertura das Actividades	27
	Notas.....	30



Introdução

O Mecanismo Multisectorial para a *Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta à Violência contra Crianças nas Escolas* (MMPDERVCC), incluindo Assistência às Vítimas foi aprovado em 2020, pelo Governo de Moçambique, para garantir a todas as crianças o acesso e o direito a uma educação de qualidade, incluindo a aprendizagem num ambiente seguro e livre de violência, como previsto na Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 88 e assegurar a responsabilização dos infratores, assim como garantir a assistência às vítimas.

Apesar dos múltiplos avanços que o País tem alcançado, com o objetivo de promover o acesso universal à educação, e de todos os esforços que se têm vindo a realizar para atingir uma educação de qualidade, inclusiva e livre de violência; do avanço da legislação de protecção da criança, e de instituições de protecção dos Direitos da Criança contra a violência dos direitos da criança nas escolas, incluindo o assédio e abuso sexual, e assédio moral (bullying), estas e outras diferentes formas de violência contra criança ainda constituem grande preocupação¹ que esta na génese do presente plano operacional do MMPDERVCC.

Dados de pesquisas das organizações da sociedade civil indicam que a violência contra a Criança (VCC) é frequente tanto na escola como em casa (ROSC, 2015)². Outra pesquisa sobre as Percepções dos Alunos sobre o Assédio Sexual e Abuso Sexual nas Escolas Secundárias revelou que 64,45% de rapazes e 59,5% de raparigas, dos 1200 alunos entrevistados, já ouviram falar de casos de violência sexual nas suas escolas, e 12% sabia de alguém que desistiu da escola devido ao assédio e abuso sexual (CESC, 2017)³. Dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a Violência Doméstica referentes ao período de 2014 a 2016⁴ revelaram que a violência contra a Criança aumentou significativamente⁵.

O Mecanismo Multisectorial para a *Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta à Violência contra Crianças nas Escolas*, incluindo Assistência às

¹ O estudo do CESC sobre as Percepções dos Alunos sobre o Assédio Sexual e Abuso Sexual nas Escolas Secundárias revelou que 64,45% de rapazes e 59,5% de raparigas, dos 1200 alunos entrevistados, já ouviram falar de casos de violência sexual nas suas escolas (CESC, 2017)¹. Dos entrevistados no estudo acima referido, 12% sabia de alguém que desistiu da escola devido ao assédio e abuso sexual.

² Relatório da Implementação dos Direitos da Criança em Moçambique, ROSC, 2015

³ Estudo sobre as Percepções dos Alunos sobre o Assédio Sexual e Abuso Sexual nas Escolas Secundárias, CESC e CEP, 2017

⁴ Violência Doméstica (2014-2016), INE, 2016

⁵ 4.819 raparigas e 3.053 rapazes dos 0 aos 17 anos sofreram violência doméstica em 2014 comparado com 5.800 raparigas e 3.292 de rapazes em 2016

Vítimas, (MMPDERVCC) pretende ser um instrumento funcional que visa garantir a intervenção e responsabilização individual e coletiva, dos atores dos diferentes sectores, em diferentes níveis administrativos, do local ao central, assim como a articulação entre estes níveis, incluindo a implementação de um sistema de monitoria e avaliação.

Este mecanismo foi desenvolvido de forma participativa com o apoio de todas as partes interessadas que colaboram no processo de prevenção, denuncia, encaminhamento para a resposta à violência nas escolas e assistência às vítimas através de auscultações alargadas que permitiram definir os papéis e responsabilidades de cada instituição para garantir uma coordenação eficaz e eficiente. Para além desta dimensão institucional, são propostas acções de empoderamento também das comunidades, famílias, alunos e alunas de modo que tenham auto estima e auto confiança, capacidade de enfrentar as ameaças e medos que os impedem de fazer denúncia, protecção a vitima denunciante bem como promover um entendimento comum sobre os deveres e direitos, o que é a violência no geral e o assédio, abuso e exploração sexual, em particular. As acções de empoderamento previstas, estendem-se também aos funcionários e agentes públicos, incluindo as escolas, para melhorar o seu conhecimento sobre as suas obrigações estatutárias no que refere a violência contra criança e violência baseada no género e a sua compreensão de conceitos básicos sobre o género, violência contra a criança, saúde sexual e reprodutiva (SSR) direitos sexuais e reprodutivos, saúde mental e apoio psicossocial.

Para alcançar os objectivos preconizados no Mecanismo Multisectorial, impõe-se o desenvolvimento de um **plano operacional multisectorial**. Este deve consolidar papéis e responsabilidades dos diferentes sectores para uma coordenação eficiente, definir um quadro de actividades diversificadas, desenvolver estratégias de monitoria e avaliação do mecanismo com indicadores relevantes, tanto quanto possível já em uso pelas diferentes instituições, e orçamentar toda a operacionalização. Deve estar subjacente ao plano operacional do mecanismo multisectorial, o seu foco no papel central das escolas, na prevenção e resposta aos casos de violência contra a criança que afectam negativamente o ambiente escolar, e que concorrem para o absentismo, desistência escolar e insucesso na aprendizagem das crianças e jovens. É fundamental também desenvolver e consolidar meios de identificação, mecanismos de denúncia, encaminhamento e resposta amigável as crianças a partir da escola e que requerem resposta de diferentes instituições, através de um protocolo definido.



Objectivos deste Plano Operacional

Objectivo Geral:

Fortalecer os sistemas de gestão, coordenação e informação e a monitoria e avaliação do MMPDERVCC

Objectivos Específicos

- Fortalecer a capacidade técnica do MINEDH, assim como de outras instituições públicas e parceiros da sociedade civil sobre o mecanismo multisectorial, garantindo que são capazes de prevenir casos de violência nas escolas, assim como identificar, referenciar, fazer gestão de casos e prestar assistência e apoio psicossocial às vítimas, de acordo com o seu papel e mandato.
- Garantir que as crianças adolescentes e jovens, assim como as famílias e comunidade tenham acesso a informação e conheçam os seus deveres, direitos e as diferentes formas de violência, protocolos do mecanismo multisectorial e que estejam preparados para os usar na prevenção, denúncia de casos e protecção da criança na escola.
- Garantir e aumentar o apoio financeiro através da orçamentação anual de actividades para implementação do mecanismo multisectorial, a nível nacional, através de fundos internos e externos.
- Contribuir para que os casos denunciados de violência, assédio e abuso sexual, assédio moral, sejam tramitados e concluídos com celeridade.
- Permitir a inserção social, retenção e reinserção escolar das crianças e adolescentes vítimas de violência na escola



Metodologia

Com base na metodologia utilizada no desenvolvimento do Mecanismo Multisectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas. O desenvolvimento do plano operacional obedeceu a uma abordagem participativa, envolvendo o maior número possível de actores institucionais e da sociedade civil.

O plano operacional foi desenvolvido em três fases:

Fase 1

Análise documental⁶ para desenvolvimento de:

- Plano de trabalho

⁶ Mecanismo Multisectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas; Fluxograma do Mecanismo Multisectorial e Base de dados da Administrative Data Review.

- Definição de categorias de análise, aproveitando informação já existente na tabela de papéis e responsabilidades definidas no Mecanismo Multisectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas, que foi actualizada e complementada durante o processo de auscultação na Fase 2.
- Desenvolvimento das perguntas para o guião de entrevistas (em anexo) usado na auscultação às instituições e parceiros da sociedade civil.
- Identificação inicial de indicadores multisectoriais através da identificação e análise dos indicadores sobre violência contra a criança que já são recolhidos pelos vários sectores⁷.

Fase 2

Auscultação a vários sectores de instituições e organizações da sociedade civil, que se realizou a nível central, em Maputo⁸, e a nível local na província de Nampula⁹ e no distrito de Angoche¹⁰, (uma vez que neste distrito estão presentes 2 grandes programas que contribuem para a prevenção e resposta da violência contra as crianças, nomeadamente o Programa Global de combate às Uniões Prematuras e a Iniciativa Spotlight).

Estas entrevistas permitiram consolidar:

- Papéis e responsabilidades dos diferentes actores no Mecanismo Multisectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas.
- Indicadores mais relevantes existentes e identificar indicadores que são necessário criar e definir as suas fontes para desenvolver um sistema de monitoria eficiente.
- Necessidades de capacitação dos diferentes actores.
- Actividades a desenvolver para operacionalizar a implementação do mecanismo multisectorial.
- Orçamentação do Plano Operacional.

⁷ A partir da análise da base de dados da Administrative data review.

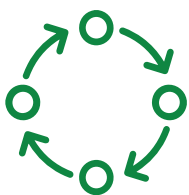
⁸ MINEDH, Direcção da Cidade de Maputo, MGCAS, MINT- GAFMVV, PGR, MJCR-CFJJ, LFC, CESC, MEPT, UNICEF

⁹ DPE de Nampula (Ponto Focal de Género, Direcção da Cidade de Nampula -Coordenadora de Género e Direcção de Planificação)

¹⁰ SDEJT de Angoche (Director distrital da Educação, Ponto Focal de Género, Ensino Primário, Ensino Secundário, Planificação, Formação); Grupo de Referência de Protecção da Criança e combate ao Tráfico de Pessoas e à Imigração Ilegal de Nampula (IPAJ, PRM-GAFMVV, OIM, DP de Género, Criança e Acção Social, Direcção da Cidade – Coordenadora de Género, DPE, PGR, Associação Amor a Vida, Parlamento Infantil); Direcção, Ponto focal de Género, Conselho de Escola, Professores e alunos das escolas: Escola Secundária do 1º e 2º ciclo 25 de Setembro, EPC de Namacula, Aúbe, Escola primaria 26 de Setembro)

Fase 3

Elaboração do Plano Operacional, integrando os contributos da auscultação e discussão e validação das conclusões preliminares do mesmo através de um workshop com todas as partes. Estiveram presentes no workshop representantes das seguintes instituições e ONGs: MINEDH (DNUSE, DNFP, Nutrição e Saúde escolar), MGCAS, MJCR (Direitos Humanos e Cidadania), MINT (GAFMVV), MJCR, FAWEMO, FSS Canada, GIZ Pró educação, UNICEF (Protecção da Criança e Educação), LFC, CESC, MEPT, GIZ, IOM, Right to Play, WFP e UNESCO.



Coordenação multisectorial

O Mecanismo Multisectorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas, aprovado em 2020, integra um fluxograma que resume a estrutura de coordenação e os papéis e responsabilidades de cada actor.

Para a identificação e rastreio de casos de violência, assédio e abuso sexual alguns tipos de assistência às vítimas e monitoria, a responsabilidade máxima de coordenação pertence ao MINEDH. Este ministério deve ser responsável pela monitoria e supervisão do desempenho dos actores da escola, nomeadamente professores, Directores de escola, pontos focais de emergência, género e saúde escolar e conselhos de escola, envolver e acompanhar a implementação do mecanismo multisectorial, por todos os sectores envolvidos. O MINEDH é responsável por todas as estruturas de coordenação em todos os níveis administrativos. A nível nacional deve ser criado um grupo de coordenação alargado com pontos focais de todos os sectores, liderado pelo MINEDH (DAT), que se deverá reunir semestralmente com o objectivo de discutir o processo de implementação do Plano Operacional, preocupações emergentes e ajustes necessários para otimizar o processo.

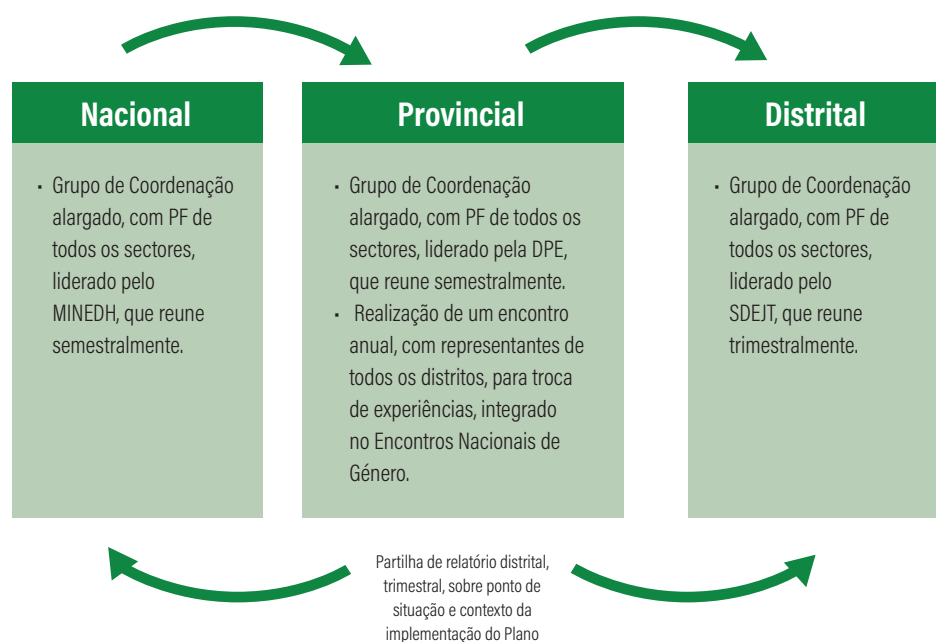
Em todos os níveis administrativos terá de ser o sector da Educação a liderar a estrutura de coordenação, a convocar reuniões, a definir a agenda e a integrar Pontos focais de diferentes organizações relevantes para a coordenação, incluindo da sociedade civil. A nível provincial o Grupo de Coordenação deverá ser liderado pela DPE e a nível distrital deverá ser liderado pelo SDEJT. O MINEDH deverá desenvolver TdR detalhados para o funcionamento destes grupos de coordenação em todos os níveis administrativos.

A nível provincial devem organizar-se reuniões semestrais com directores da DPE e das outras direcções provinciais com responsabilidades no mecanismo multisectorial para acompanhar a implementação e o plano operacional e para recolher dados e promover a reflexão sobre processos em curso. Também a nível provincial, deve recorrer-se aos encontros provinciais de género (um encontro anual com todos os distritos) para promover partilhas de experiências a nível local sobre a implementação do mecanismo.

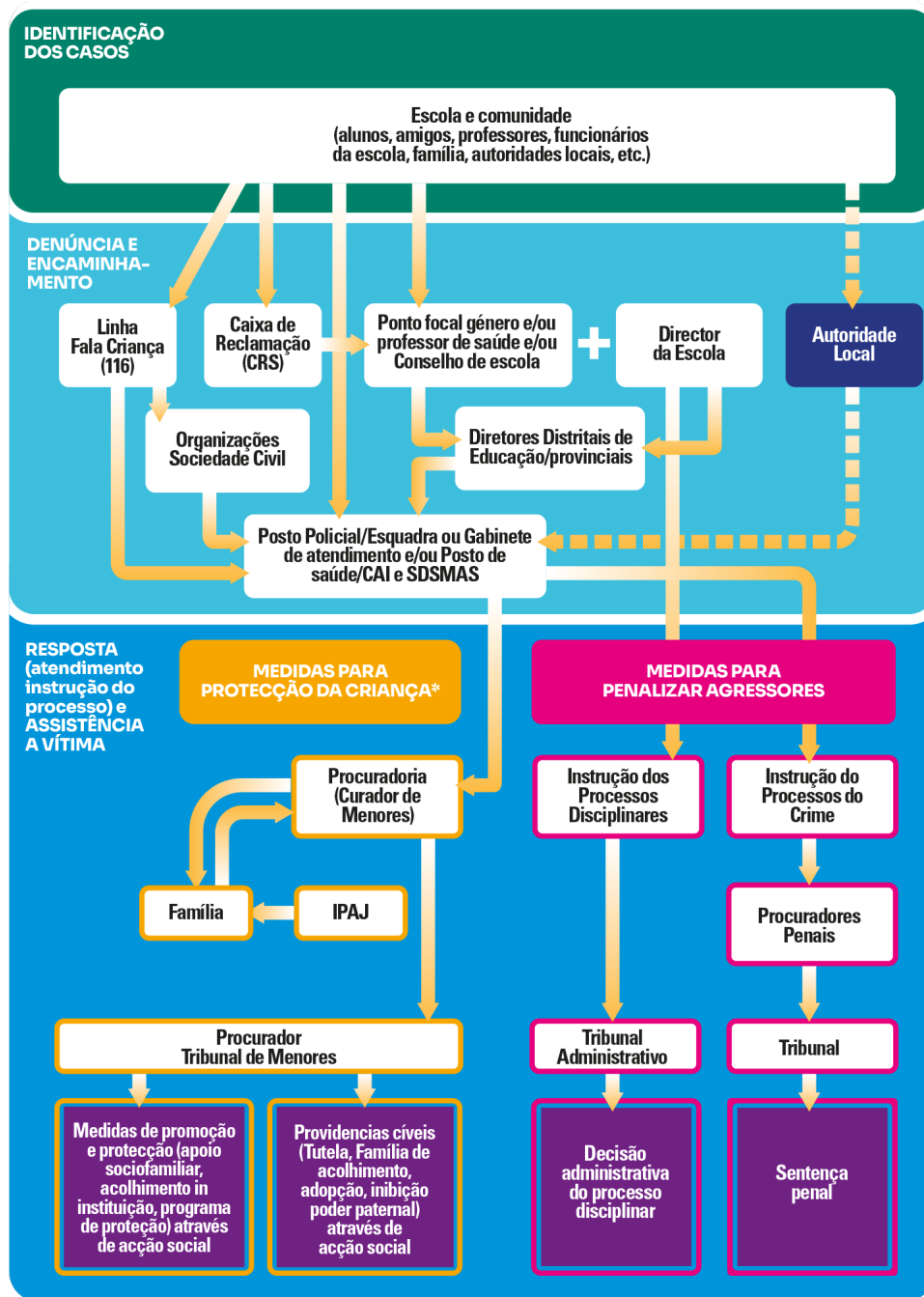
A nível distrital, o SDEJT convocará reuniões multisectoriais trimestrais, com pontos focais dos diversos sectores e organizações-chave presentes no distrito, para acompanhar e monitorar a implementação do plano operacional e para acompanhar a gestão de casos. Cada Grupo de Coordenação distrital envia à DPE um relatório de cada reunião trimestral, incluindo o ponto de situação e contexto da implementação das actividades do Plano Operacional, assim como a descrição e análise dos casos em curso. Cada Grupo de Coordenação Provincial, envia ao MINEDH um relatório de cada reunião semestral realizada, onde esteja reflectida a análise, discussão e tomadas de decisão decorrentes dos relatórios de cada distrito, oferecendo um ponto de situação e contexto da implementação do Plano Operacional na província. O Grupo de Coordenação Nacional, analisa e reflecte sobre os relatórios recebidos de cada província e produz um relatório nacional sobre o ponto de situação e contexto da implementação do Plano Operacional em todo o país, integrando uma tabela com número de casos reportados por tipo de violência e recomendações de acções a serem implementadas nas províncias e distritos.

Na coordenação Multisectorial deve sempre se ter em conta que, com a descentralização administrativa em curso no país, nas zonas com Autarquias, a gestão, no âmbito do ensino primário, do ensino geral e de formação técnico profissional básica, passará a pertencer as Autarquias, nos termos da alínea h), do número 1 do artigo 270 - J, da Lei n.º 1/2018, Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique, daí a necessidade da sua inclusão.

Estratégia de Coordenação:
Partilha de relatório nacional, semestral, sobre ponto de situação e contexto da implementação do Plano Operacional e Recomendações.



Fluxograma completo



LEGENDA:

* A vítima tem acesso a apoio psico-social desde o início do processo quando esta necessidade é identificada pelas autoridades policiais, Posto de Saúde, CAI ou SDSMAS

As autoridades, não tendo mandato para resolução deste tipo de casos, têm obrigação de fazer a denúncia a outras instâncias.

Abaixo apresenta-se uma tabela com a descrição de papéis e responsabilidades de todos os sectores.

Instituição/ Organização	Papéis e Responsabilidades no Plano Operacional
MINEDH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liderar e coordenar a implementação do plano Operacional do Mecanismo Multisectorial, incluindo a produção de relatórios semestrais sobre o ponto de situação e contexto da implementação em todo o país e a Monitoria e Avaliação. 2. Fazer advocacia e desenvolver informação para envolver outros sectores e parceiros no combate a violência contra as crianças nas escolas; 3. Produzir e distribuir materiais de apoio à disseminação do mecanismo multisectorial a nível nacional; 4. Formar formadores para desenvolverem a capacidade técnica dos vários actores em todas as províncias para a implementação do mecanismo multisectorial; 5. Rever e integrar conteúdos de apoio à disseminação do mecanismo e ao combate a violência contra crianças nas escolas em todas as acções de formação e capacitação que já desenvolve; 6. Criar uma base de dados actualizada de forma sistemática sobre os casos de violência incluindo o abuso sexual ocorridos na escola; 7. Criar uma nova ferramenta de monitoria a ser preenchida pelos PF de cada sector para a monitoria, nos distritos; 8. Implementação do processo disciplinar (no caso a violência seja perpetrada pelo staff de educação); 9. Definir procedimentos sobre a assistência as raparigas vítimas de violência sexual, caso tenha resultado uma gravidez ou não, para assegurar a sua retenção e sucesso na escola; 10. Produzir comunicados com apresentação de dados sobre a violência contra a criança para ser publicados nos órgãos de comunicação social;
DPE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liderar e coordenar a implementação do plano Operacional do Mecanismo Multisectorial na província e gerir os dados provenientes dos distritos sobre os indicadores do mecanismo multisectorial para os enviar ao MINEDH como parte integrante dos seus relatórios semestrais; 2. Encaminhar casos para outras instituições e acompanhamento do seu desenvolvimento; 3. Capacitar os PFG e dos planificadores distritais para integrarem actividades de prevenção e resposta à violência nas escolas nos respectivos PES; 4. Capacitar os dinamizadores dos Círculos de Interesse e fomentar a criação de mais Círculos de Interesse; 5. Fazer formação de formadores aos Coordenadores das ZIPs para que estes possam formar Directores, professores e CE das suas ZIP; 6. Realizar um encontro provincial anual de troca de experiências com representantes dos distritos integrado nos encontros anuais de Género; 7. Distribuir materiais de divulgação do mecanismo sectorial por todos os distritos (posters e brochuras); 8. Prestar serviços de gestão de casos e apoio psicossocial às vítimas de violência

SDEJT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liderar e coordenar a implementação do Plano Operacional do Mecanismo Multisectorial no distrito através de reuniões multisectoriais trimestrais e gerir os dados provenientes das escolas os enviar ao à DPE como parte integrante dos seus relatórios trimestrais; 2. Capacitar os directores, professores e Conselhos de Escola de cada ZIP 3. Desenvolver actividades de divulgação do mecanismo multisectorial na escola, junto dos alunos e na comunidade envolvente, com recurso aos Círculos de Interesse e outras estratégias; 4. Capacitar e apoiar o trabalho dos PFG no encaminhamento dos casos de violência identificados nas escolas, no seu acompanhamento e na assistência às vítimas; 5. Prestar serviços de gestão de casos e apoio psicossocial às vítimas de violência 6. Compilar os dados das Fichas de Recolha de dados preenchidas pelos PFG de cada escola do distrito e enviar para a DPE; 7. Desenvolver parcerias com OSC e radios locais para divulgar o mecanismo multisectorial e para prevenir a violência contra as crianças nas escolas. 8. Garantir a confidencialidade dos casos.
Direcção da Cidade – Serviços de Assuntos Sociais da Educação da Cidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a divulgação do Mecanismo Multisectorial nas escolas; 2. Apoiar a capacitação dos PFG dos serviços distritais e das escolas; 3. Reforçar a necessidade de confidencialidade dos casos de violência identificados através do cumprimento do Código de conduta do Professor.
MGCAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar as DPGCAS e RAMAS sobre o mecanismo multisectorial; 2. Nomear Pontos Focais para a implementação do Plano Operacional, incluindo participação nas reuniões de coordenação nacionais, provinciais e distritais. 3. Desenhar programas de fortalecimento familiar e prevenção da separação das crianças das suas famílias 4. Coordenar e monitorar acções de promoção da igualdade de género e empoderamento das raparigas e rapazes nas escolas; 5. Monitorar a implementação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e rapariga; 6. Divulgar e monitorar a implementação da Lei sobre a Prevenção e Combate as Uniões Prematuras; 7. Articular a recolha de informação sobre indicadores de violência ao nível nacional
DPGCAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar que os casos de violência contra crianças recebem prioridade e que o interesse máximo da criança está salvaguardado, incluindo a sua retenção na escola; 2. Fortalecer o funcionamento do grupo de coordenação multisectorial nos distritos para melhor responderem a casos de violência contra crianças na escola; 3. Capacitar os serviços distritais sobre o mecanismo multisectorial; 4. Disseminar materiais de informação sobre o mecanismo multisectorial e o papel dos SDSMAS em todos os distritos;

MISAU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar assistência a todos os níveis e em todas portas de entrada para os casos de VGB 2. Assistência as vítimas de violência de acordo com a estratégia aprovada 3. Reforçar as acções de prevenção de violência contra a criança a todos os níveis (Unidades Sanitárias e Comunidade) 4. Prestar serviços de gestão de casos e apoio psicossocial às vítimas de violência quando solicitado pelas autoridades judiciais, apoiar a instrução de processos – historia social para proteção alternativa, inibição do exercício do poder parental; 5. Encaminhar os casos para as instituições competentes (justiça, saúde/saúde mental), SAAJ) e fazer todo o acompanhamento às vítimas e famílias, durante o processo; 6. Prestar apoio direto às escolas no encaminhamento de casos de violência identificados e mantendo um contacto regular com a escola e as famílias ao longo do processo; 7. Garantir a confidencialidade dos casos. 8. Assegurar o encerramento dos casos e seu devido registo nos sistemas de monitoria e indicadores do sector 9. 9.Integração Social pós violência e trauma
PGR provincial e distrital	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a disseminação do Mecanismo Multisectorial junto dos procuradores provinciais e distritais; 2. Coordenar a capacitação dos Grupos de Referência de Protecção da Criança provinciais e distritais sobre o Mecanismo Multisectorial em articulação com a DPGCAS, uma vez que co-lideram os GR; 3. Analisar casos de violência (física e sexual) contra as crianças nas escolas e remetê-los aos tribunais; 1. 2.Receber denúncias e assegurar a celeridade do seguimento do caso em articulação com os outros sectores.
MJCR – CFJ	<ol style="list-style-type: none"> 2. 1.Incluir conteúdos sobre o Mecanismo Multisectorial na formação inicial e contínua de magistrados, IPAJ e Conservadores; 3. Fazer formação de formadores ao nível da sede para poderem desenvolver formações a nível provincial e distrital na área jurídica relativamente ao Mecanismo Multisectorial 4. Participar e promover junto com outros sectores na formação de Polícia, Procuradores, Juizes, e Acção Social, assim como de Associações de alunos, CE, comunidade e sociedade civil, sobre o mecanismo multisectorial 5. Encorajar as lideranças religiosas a incluir informação sobre a prevenção e combate à violência contra crianças nas suas igrejas; 6. 5.Providenciar instrumentos e capacidade para identificação e denúncia de casos de violência nas igrejas e comunidades; 7. 6. Divulgar e monitorar a implementação da Lei sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras.
Parceiros de Desenvolvimento (Agências das Nações Unidas, instituições bilaterais e multilaterais)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Advogar pela Protecção dos direitos da criança e para alocação de recursos para apoiar na eliminação da violência contra a criança na escola; 2. Documentar e disseminar boas práticas sobre a eliminação da violência contra criança na escola; 3. Providenciar apoio técnico as instituições do Estado na implementação de acções para a eliminação da violência na escola; 4. Apoiar na divulgação e monitorar a implementação da Lei sobre a Prevenção e Combate as Uniões Prematuras;

Organizações da sociedade civil que trabalham na área da educação e da proteção da criança

1. Mobilizar as comunidades, incluindo as lideranças comunitárias, para prevenir e combater a violência na escola;
2. Promover a igualdade de género e empoderamento das raparigas e rapazes nas comunidades e advogar pela criação de um ambiente comunitário que contribua para a realização dos seus direitos;
3. Sensibilizar as comunidades sobre os mecanismos e instrumentos existentes para denúncia, encaminhamento, referência e resposta a casos de violência contra a criança na escola;
4. Sensibilizar e capacitar a comunidade escolar, incluindo educadores de pares, sobre os direitos da criança;
5. Sensibilizar a comunidade escolar para prevenir e combater práticas culturais nocivas e promover os direitos da criança;
6. Advogar pela revisão de leis e regulamentos no âmbito da proteção do direito da criança a educação, incluindo matérias sobre género no curriculum de formação de professores;
7. Apoiar na capacitação dos formandos e formadores dos IFP's em matérias de violência, VBG e direitos das crianças e monitorar a aplicação deste conhecimento nas salas de aula;
8. Realizar campanhas nos média sobre direitos da criança;
9. Divulgar e monitorar a implementação da Lei sobre a Prevenção e Combate as Uniões Prematuras e outras leis sobre a igualdade de género;
10. Denunciar casos de violência contra crianças às entidades competentes;
11. Sensibilizar as comunidades para denunciarem casos de violência;
12. Prestar apoio a crianças vítimas de violência e suas famílias (apoio legal, psicossocial, abrigo).



Actividades

Todas as actividades planificadas partem de um princípio de optimização de recursos. O MINEDH já conta com uma equipa de formadores de formadores do DAT que integrarão a equipa de formadores do Mecanismo Multisectorial. Por exemplo, os PFG e de Emergência que já estão capacitados nos temas de Violência contras as Criança e Violência de Género, devem integrar os grupos de formandos a nível provincial e distrital.

A seguir, apresenta-se a tabela de actividades (associadas aos objectivos do Mecanismo Multisectorial)

Objectivos	Actividades	Responsáveis pela implementação
Fortalecer os sistemas de gestão, coordenação e informação e a monitoria e avaliação do Mecanismo multisectorial.	Realização de reuniões nacionais semestrais, multisectoriais, com Pontos focais para a implementação do Plano Operacional e produção e partilha de relatórios semestrais	MINEDH
	Realização de reuniões provinciais semestrais, multisectoriais, com Pontos focais para a implementação do Plano Operacional e produção e partilha de relatórios semestrais	DPE
	Realização de encontros provinciais anuais, integrados nos Encontros Nacionais de Género do DAT, com representantes dos distritos, para troca de experiências	DPE
	Realização de reuniões distritais trimestrais, multisectoriais, com Pontos focais para a implementação do Plano Operacional e produção e partilha de relatórios trimestrais	SDEJT
	Criação e gestão de base de dados, actualizada de forma sistemática, sobre os casos de violência incluindo o abuso sexual ocorridos na escola	MINEDH (com o apoio da DPE, dos SDEJT e de outros sectores)
	Criação e distribuição de ficha de recolha de dados	MINEDH (com o apoio da DPE, dos SDEJT e de outros sectores)
	Realização da avaliação externa anual do plano operacional	MINEDH com apoio dos parceiros
Fortalecer a capacidade técnica do MINEDH, assim como de outras instituições públicas e parceiros da sociedade civil sobre o mecanismo multisectorial.	Produção e disseminação de um Manual de Formação sobre o Mecanismo Multisectorial, que será uma compilação harmonizada de conteúdos já existentes para serem usados pelos diferentes actores com diferentes públicos.	MINEDH (com o apoio técnico de todos os parceiros)
	Formação específica sobre o Mecanismo Multisectorial da equipa de formadores do DAT, integrando outros formadores se necessário.	MINEDH (com o apoio técnico de todos os parceiros na equipa de formadores)
	Integração de actividades com MISAU para otimizar o recurso aos Cantinhos de Saude na escola como meio de divulgação e implementação do mecanismo multisectorial	MINEDH
	Formação de uma equipa-chave de formadores do CFJJ	CFJJ (com o apoio técnico de todos os parceiros na equipa de formadores)
	Formação dos Inspectores escolares sobre o Mecanismo Multisectorial	DPE
	Produção e distribuição de materiais de divulgação do Mecanismo Multisectorial em Português e línguas locais e em formato adequado a adultos e a crianças (brochuras e cartazes)	MINEDH (com o apoio técnico de todos os parceiros)
	Formação de formadores provinciais (DPE)	MINEDH e CFJJ
	Formação dos Grupos de Referência provinciais	PGR, DPE, DPGCAS, CFJJ
	Formação das Repartições de Educação Geral (PFG + Chefe da Repartição)	DPE
	Formação de coordenadores das ZIP	SDEJT
	Capacitação da comunidade escolar pelos Coordenadores de cada ZIP e dos PFG	SDEJT
	Formação dos Grupos de Referência distritais	PGR, SDEJT, CFJJ, SDSMAS
	Capacitação dos CCPC, Parlamento Infantil e Permanentes do INAS sobre o Mecanismo Multisectorial	SDEJT, SDSMAS
	Formação dos dinamizadores dos círculos de interesse	SDEJT, DPE
	Realização de acções de advocacia para disseminar o Mecanismo Multisectorial e para envolver mais instituições e organizações na sua implementação	MINEDH

Garantir que as crianças e jovens, assim como as famílias e comunidade conheçam os seus direitos e as diferentes formas de violência e protocolos do mecanismo multisectorial.	Realização de palestras nas escolas	SDEJT (com apoio técnico de outros sectores: convidados da PGR, MJCR, GAFMVV, SDS-MAS, sociedade civil etc.)
	Realização de palestras nas comunidades	SDEJT (com apoio técnico de outros sectores: convidados da PGR, MJCR GAFMVV, SDS-MAS, sociedade civil etc.)
	Realização de programas de radio local sobre a Violência contra as crianças e o Mecanismo Multisectorial, em português e línguas locais e para públicos adultos e infantis diversificados	SDEJT (com apoio técnico de outros sectores: convidados da PGR, MJCR, GAFMVV, SDS-MAS, sociedade civil etc.)
	Participações em programas de rádio e televisivos para divulgar o mecanismo multisectorial e combater a violência contra as crianças nas escolas	MINEDH, MGCAS, PGR, MJCR Sociedade civil
	Sensibilizar e capacitar os meios de comunicação social sobre o problema da violência contra as crianças nas escolas e sobre o mecanismo multisectorial	MINEDH e sociedade civil
Garantir e aumentar o apoio financeiro através da orçamentação anual de actividades para implementação do mecanismo multisectorial, a nível nacional, através de fundos internos e externos.	Capacitar PFG e Planificadores distritais para incluírem actividades de apoio a operacionalização do mecanismo multisectorial nos PES distritais	DPE
	Estender a implementação do Mecanismo Multisectorial a outras organizações da sociedade civil	OSC
	Captar parcerias para apoio financeiro e técnico	MINEDH
Aumentar o número casos denunciados, tramitados e concluídos com celeridade.	Todas as actividades do Plano Operacional Contribuem para alcançar este objectivo.	MINEDH com o apoio de todos os parceiros



Riscos e estratégias de mitigação

A operacionalização do mecanismo multisectorial está sujeita a vários riscos internos e externos que podem comprometer o sucesso da implementação. No entanto, o contexto actual do país oferece desafios maiores devido à pandemia do COVID-19 e à intensificação dos conflitos no Norte. A pandemia pode afectar, a qualquer momento, a realização das actividades planificadas devido a implementação de restrições de prevenção do COVID-19, incluindo o funcionamento das escolas. A intensificação do conflito no Norte do país, sobretudo em Cabo Delgado mas a alastrar a outras províncias, também tem de ser considerada, pois aí a operacionalização do mecanismo multisectorial é ainda mais urgente, mas os desafios são maiores devido a interrupção e destruição de serviços públicos, à deslocação de populações e à situação de insegurança.

A seguir apresenta-se uma tabela com a identificação dos riscos, probabilidade de ocorrência, estratégias de mitigação.

Risco	Interno/ Externo	Probabi- lidade de ocorrência	Estratégia de mitigação
Algumas direcções do MINEDH podem não ter a mesma sensibilidade para a questão da violência contra crianças nas escolas e não dar prioridade a estas actividades.	Interno	Média	O DAT deve priorizar a sensibilização e capacitação interna de todas as direcções do MINEDH sobre VCC nas escolas e sobre a necessidade de implementar o mecanismo multisectorial.
A base de dados sobre violência contra a criança nas escolas, a desenvolver pelo DAT pode ficar comprometida devido a falta de harmonização sobre tipos de violência captados pelos diferentes sectores e devido a demoras e bloqueios no fluxo de informação, desde as escolas e serviços até ao MINEDH.	Interno	Alta	O DAT deve realizar as reuniões de coordenação ordinárias previstas neste Plano Operacional, mas também convocar reuniões extraordinárias, se necessário para envolver pontos focais de todos os sectores, definir estratégias de harmonização sobre os tipos de violência identificados e estabelecer protocolos eficazes de fluxo de informação desde o nível distrital até ao central.
Difícil engajamento de todos os actores que integram o mecanismo multisectorial, nas escolas, sobretudo o sector da saúde, acção social e da justiça.	Externo	Alta	Reforçar a sensibilização e responsabilização de todos os sectores através das estruturas de coordenação (reuniões regulares com Pontos focais dos vários sectores), liderados pelo MINEDH.
A cobertura nacional do mecanismo pode ser comprometida pela falta de sensibilidade e priorização do combate a violência contra as crianças nas escolas por parte de algumas províncias que têm estado menos envolvidas na construção do mecanismo multisectorial	Interno	Alta	Dar prioridade, no seguimento da experiência piloto, a realização de actividades integradas e em massa, nas províncias que têm tido menos oportunidade de se envolver no combate a violência contra as crianças nas escolas.
Incapacidade de meios humanos e financeiros por parte do DAT para cobrir todo o território nacional.	Interno	Média	Privilegiar a capacitação e disseminação em cascata, do nível central para o local, dando prioridade a parceiras que apoiem a expansão das actividades.
Interrupção de actividades devido a imposição de medidas restritivas de prevenção do COVID-19 e outras pandemias e epidemias	Externo	Média	Criar um plano de contingência com soluções remotas para substituir actividades presenciais. Por exemplo, criar soluções de formação remota, criar um plano de intensificação de recurso aos média se forem muito restritas as actividades presenciais (programas de rádio e TV para crianças em vez de palestras nas escolas e actividades nos círculos de interesse) e recurso intensificado a LFC.
Dificuldade de realização de algumas actividades no Norte do país, sobretudo em Cabo Delgado e províncias vizinhas devido à interrupção/destruição de serviços, deslocação de populações e clima de insegurança incluindo mudanças climáticas	Externo	Alta	Criar um plano específico para a operacionalização do mecanismo multisectorial que atenda ao contexto local, por exemplo usando mais os média em línguas locais (incluindo das populações deslocadas), deslocar algumas actividades da escola para a comunidade, se necessário, fazer uma campanha forte de sensibilização nos campos de deslocados internos etc. Tendo em conta o risco local predominante.



Sistema de Monitoria e Avaliação

A monitoria e a avaliação do plano operacional é fundamental, para garantir o sucesso da implementação do mecanismo multisectorial, pois permite uma gestão informada do processo e a possibilidade de fazer ajustes, em caso de necessidade.

A monitoria regular, ao longo do ano, vai apoiar a implementação, acompanhando as actividades passo a passo. Os indicadores de monitoria medem sobretudo resultados imediatos decorrentes das actividades para se verificar até que ponto foram realizadas com sucesso. Estes são indicadores sobre números de participantes em actividades, números de materiais distribuídos, alcance das actividades e incluem alguns indicadores que permitem medir mudanças de curto prazo decorrentes das actividades desenvolvidas, como o número de denúncias

realizadas por crianças e jovens e pelas comunidades, ou os números de casos tramitados e concluídos, o número de vítimas que receberam assistência ou o número de dias usados para a resolução dos casos.

Para a recolha e divulgação destes dados de monitoria, criou-se um ciclo de monitoria integrado, para otimizar práticas já existentes e para não sobrecarregar o sistema com demasiada complexidade. Uma vez que se pretende que muitos dos dados sejam recolhidos na escola (pois só assim se pode garantir a atribuição de mudanças de comportamento à implementação do mecanismo), aproveitar-se-á o ciclo de monitoria trimestral introduzindo apenas uma nova ficha de recolha de dados com perguntas adicionais sobre indicadores específicos do mecanismo multisectorial a serem usadas pelos PFG, dentro do ciclo de monitoria já usado por eles. Mesmo assim, esta nova ficha de recolha de dados pode ter como ponto de partida o mapa de registo de ocorrências que integra o manual revisto de formação em apoio psicossocial no sector de educação.

Relativamente aos dados recolhidos e partilhados por outros parceiros, deverão ser enquadrados dentro do mesmo ciclo para complementar a informação proveniente das escolas em cada trimestre. É o caso dos dados provenientes da justiça, da polícia, da saúde ou da acção social. Os dados de monitoria distritais, dos diversos sectores, que complementam os dados provenientes das escolas, devem ser da responsabilidade dos pontos focais de cada sector presentes nas reuniões de coordenação da implementação do Plano Operacional, lideradas pelo sector da Educação. Estes dados recolhidos pelos diversos Pontos Focais, devem ser partilhados com os SDEJT, nas reuniões de coordenação, que farão a compilação de todos os dados trimestralmente para enviar para a DPE. A DPE, por sua vez, agrega e organiza os dados de todos os distritos e partilha-os com o MINEDH. No caso da sociedade civil, as organizações devem comprometer-se a enviar ao MINEDH, trimestralmente, um registo das actividades desenvolvidas. Cabe ao MINEDH, nos relatórios semestrais sobre o ponto de situação, nacional, do plano operacional, integrar os dados de monitoria recebidos das províncias e partilhar com todos os parceiros.

No que respeita à avaliação externa do Plano Operacional e implementação do Mecanismo Multisectorial, deve realizar-se no final do ano, para analisar o grau de execução das actividades previstas e para medir as mudanças subsequentes, identificando casos de sucesso, lições aprendidas e recomendações para o ano seguinte, de expansão, após a experimentação piloto. A avaliação deve ser externa e independente, deve analisar a execução do Plano operacional através da análise crítica dos relatórios de monitoria e introduzir indicadores para medir mudanças alcançadas. A análise dos relatórios de monitoria deve ser acompanhada por entrevistas para captar desafios enfrentados, soluções encontradas e necessidades que devem ser respondidas. A medição dos indicadores que permitem captar mudanças alcançadas, como conhecimentos sobre o mecanismo multisectorial e capacidade de uso e participação no mesmo, deve ser realizada com recurso a métodos mistos de recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos.

Ciclo de monitoria

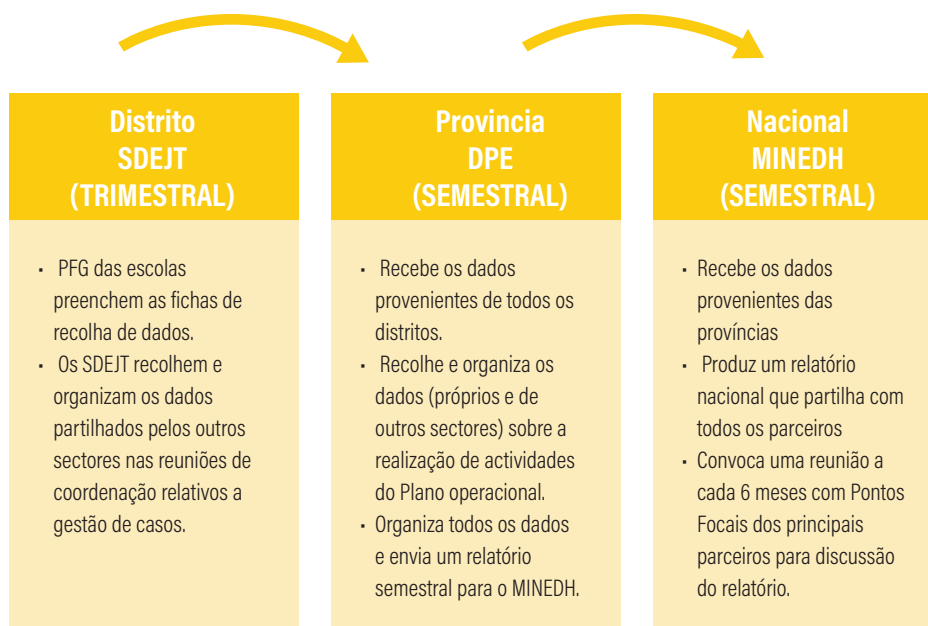


Tabela de indicadores, metas e responsabilidades de monitoria

Objectivos	Actividades	Indicadores	Metas	Fontes de verificação	Responsáveis pela recolha de dados
Fortalecer os sistemas de gestão, coordenação e informação e a monitoria e avaliação do Mecanismo multisectorial.	Realização de reuniões nacionais de coordenação semestrais	Nº de reuniões realizadas anualmente a nível central	2 reuniões por ano, realizadas em Maputo	Actas das reuniões	MINEDH
	Realização de reuniões provinciais de coordenação, semestrais	Nº de reuniões realizadas, anualmente nas 3 províncias piloto	2 reuniões, realizadas anualmente em cada província piloto	Actas das reuniões	DPE
	Realização de encontros de troca de experiências provinciais anuais, integrados nos Encontros Nacionais de Género do DAT	Nº de encontros realizados anualmente nas províncias piloto	3 encontros realizados anualmente em Nampula, Zambézia e Cabo Delgado	Actas dos encontros	DPE
	Realização de reuniões distritais de coordenação, trimestrais, multisectoriais	Nº de reuniões realizadas actualmente em todos os distritos das 3 províncias piloto	4 reuniões, realizadas anualmente, em cada distrito, das 3 províncias piloto	Actas das reuniões	SDEJT
	Criação e gestão de base de dados actualizada de forma sistemática sobre os casos de violência incluindo o abuso sexual ocorridos na escola	Existência da base de dados, no final do primeiro semestre da experiência piloto	1 base de dados	Produção de 2 relatórios actualizados sobre casos de violência nas escolas anualmente	MINEDH (com o apoio da DPE, dos SDEJT e de outros sectores)
	Criação e distribuição de ficha de recolha de dados	Nº de escolas que receberam as fichas de recolha de dados durante o primeiro ano, nas 3 províncias piloto	X escolas receberam as fichas de recolha de dados, nas 3 províncias piloto	Todas as escolas das 3 províncias piloto (Nampula, Zambézia e Cabo Delgado)	MINEDH (com o apoio da DPE, dos SDEJT e de outros sectores)
	Realização da avaliação externa anual do plano operacional	Existência da avaliação no final dos 18 meses da experiência piloto	1 avaliação externa anual, cobrindo as 3 províncias piloto no final de 18 meses de implementação.	Relatório de avaliação	MINEDH com apoio dos parceiros

	Visitas de monitoria da DPE aos distritos	Nº de visitas de monitoria realizadas anualmente em todos os distritos das 3 províncias piloto	30 visitas de monitoria realizadas anualmente aos distritos das 3 províncias piloto	Relatórios de monitoria	DPE
Fortalecer a capacidade técnica do MINEDH, assim como de outras instituições públicas e parceiros da sociedade civil sobre o mecanismo multisectorial.	Compilação e disseminação de um Manual de Formação de Formadores sobre o Mecanismo Multisectorial, a partir de um mapeamento de todos os materiais já existentes.	Existência do Manual compilado	1 Manual de formação de formadores compilados, harmonizado e disponibilizado.	Existência do manual de formação de formadores	MINEDH (com o apoio técnico de todos os parceiros)
	Formação específica sobre o Mecanismo Multisectorial da equipa de formadores do DAT	Nº de técnicos do DAT formados, nos primeiros 6 meses de implementação do Plano Operacional	6 técnicos do DAT formados nos primeiros 6 meses de implementação do plano operacional	Relatório da formação	MINEDH (com o apoio técnico de todos os parceiros na equipa de formadores)
	Integrar actividades com MISAU para otimizar o recurso aos Cantinhos de Saúde na escola como meio de divulgação e implementação do mecanismo multisectorial	Nº de actividades de divulgação do mecanismo realizadas nos Cantinhos da Saúde, anualmente, nas 3 províncias piloto	60 actividades realizadas anualmente (20 em cada província piloto)	Relatório de actividades dos Cantinhos da Saúde	MISAU/MINEDH
	Formação de uma equipa-chave de formadores do CFJJ	Nº de técnicos do CFJJ formados nos primeiros 6 meses de implementação do Plano Operacional	6 Técnicos do CFJJ formados nos primeiros 6 meses de implementação do Plano Operacional	Relatório da Formação	CFJJ
	Formação dos Inspectores escolares sobre o Mecanismo Multisectorial	Nº de Inspectores escolares formados, anualmente, nas 3 províncias piloto	30 inspectores escolares formados anualmente nas 3 províncias piloto (10m por província)	Relatórios da Formação	DPE
	Produção e distribuição de materiais de divulgação do Mecanismo Multisectorial	Nº de brochuras distribuídas anualmente nas 3 províncias piloto	30.000 brochuras distribuídas nas 3 províncias piloto	Guias de distribuição	MINEDH
		Nº de cartazes distribuídos anualmente, nas 3 províncias piloto (para exposição nas escolas e outros serviços)	10.000 cartazes distribuídos nas 3 províncias piloto	Guias de distribuição	MINEDH
	Formação de formadores provinciais (DPE + CFJJ)	Nº de formadores formados, anualmente nas 3 províncias piloto	60 formadores formados (20 por província) anualmente nas 3 províncias piloto	Avaliação das formações	MINEDH e CFJJ
	Formação das Repartições de Educação Geral (PFG + Chefe da Repartição + Planificação)	Nº de técnicos formados anualmente nas 3 províncias piloto	120 técnicos formados, anualmente nas 3 províncias piloto (40 em cada província)	Avaliação das formações	DPE
	Formação de coordenadores das ZIP	Nº de Coordenadores de ZIP formados anualmente nas 3 províncias piloto	450 coordenadores de ZIP formados anualmente nas 3 Províncias piloto	Avaliação das formações	SDEJT
	Capacitação da comunidade escolar pelos Coordenadores de cada ZIP e dos PFG	Nº membros da comunidade escolar formados, anualmente nas 3 províncias piloto	1200 membros da comunidade escolar formados anualmente nas 3 províncias piloto	Avaliação das formações	SDEJT
	Formação dos Grupos de Referência provinciais	Nº GR formados, anualmente, nas 3 províncias piloto	3 GR formados anualmente nas 3 províncias piloto	Avaliação das formações	DPE
Capacitação dos CCPC, Parlamento Infantil e Permanentes do INAS sobre o Mecanismo Multisectorial	Nº de representantes dos CCPC, Parlamento Infantil e Permanentes do INAS formados, anualmente, nas 3 províncias piloto	60 representantes dos CCPC, Parlamento Infantil e Permanentes do INAS formados, anualmente nas 3 Províncias piloto	Avaliação das formações	SDEJT articulação com SDSMAS	

	Formação dos dinamizadores dos círculos de interesse	Nº de dinamizadores de Círculos de Interesse formados anualmente nas 3 províncias piloto	75 Dinamizadores de Grupos de Referência formados anualmente nas 3 províncias piloto (25 por província)	Avaliação das formações	
	Aquisição de uma motorizada por distrito, alocada ao SDEJT	Nº de motorizadas distribuídas, anualmente, em todos os distritos das 3 províncias piloto	30 motorizadas distribuídas por todos os distritos das 3 províncias piloto (10 por província)	Guias de distribuição	
	Realizar acções de advocacia para disseminar o Mecanismo Multisectorial e para envolver mais instituições e organizações na sua implementação	Nº de acções de advocacia, realizadas anualmente nas 3 Províncias piloto	30 acções de advocacia realizadas anualmente (10 por província piloto)	Relatório de actividades	MINEDH
Garantir que as crianças e jovens, assim como as famílias e comunidade conhecem os seus direitos e as diferentes valências e protocolos do mecanismo multisectorial.	Palestras realizadas nas escolas	Nº de palestras dirigidas a crianças e jovens, realizadas, anualmente, nas escolas das 3 províncias piloto	300 palestras dirigidas a crianças e jovens realizadas anualmente nas escolas das 3 províncias piloto (100 por província)	Relatório de actividades	SDEJT (com apoio técnico de outros sectores: convidados da PGR,MJCR Policia, SDSMAS, sociedade civil etc.)
		Nº de denúncias realizadas por crianças e jovens, anualmente nas 3 províncias piloto	X denúncias realizadas por crianças e jovens, anualmente nas 3 províncias piloto	Registo de denúncias	SDEJT, GAFMVV, SDSMAS, LFC
	Palestras realizadas nas comunidades	Nº de palestras realizadas em comunidades, anualmente nas 3 províncias piloto	300 palestras realizadas nas comunidades, anualmente nas 3 províncias piloto (100 por Província)	Relatório de actividades	SDEJT, Sociedade Civil
		Nº de denúncias realizadas por membros da comunidade, anualmente, nas 3 províncias piloto	X denúncias realizadas por membros da comunidade, anualmente nas 3 províncias piloto	Registo de denúncias	SDEJT, GAFMVV, SDSMAS
	Programas de radio local sobre a Violência contra as crianças e o Mecanismo Multisectorial	Nº de programas de radio local emitidos anualmente em todos os distritos das 3 províncias piloto	24 programas emitidos por distrito das 3 províncias piloto anualmente	Programação das radios	SDEJT, SDSMAS, GAFMVV, Sociedade Civil
	Participações em programas de rádio e televisivos para divulgar o mecanismo multisectorial e combater a violência contra as crianças nas escolas	Nº de reportagens e participações em programas emitidos pela radio e TV sobre a violência contra as crianças nas escolas, anualmente em todo o país	36 reportagens e participações anualmente, realizadas em todo o país	Relatórios de actividades	MINEDH, MGCAS, PGR,MJCR Sociedade civil
	Sensibilizar e capacitar os meios de comunicação social sobre o problema da violência contra as crianças nas escolas e sobre o mecanismo multisectorial	Nº jornalistas capacitados, anualmente em Maputo e nas 3 províncias piloto	100 jornalistas capacitados anualmente (25 por província, incluindo Maputo)	Relatórios de actividades	OSC

Garantir e aumentar o apoio financeiro através da orçamentação anual de actividades para implementação do mecanismo multisectorial, a nível nacional, através de fundos internos e externos.	Capacitar PFG e Planificadores distritais para incluírem actividades de apoio a operacionalização do mecanismo multisectorial nos PES distritais	Nº de PES distritais, das 3 províncias piloto, que integram actividades para a implementação do Mecanismo Multisectorial	30 PES distritais que integram actividades para a implementação do mecanismo multisectorial, nas 3 províncias piloto	Conteúdos dos PES distritais	SDEJT
	Estender a implementação do Mecanismo Multisectorial a outras organizações da sociedade civil	Nº de OSC que desenvolvem actividades para operacionalização do mecanismo, anualmente, a nível nacional e nas 3 províncias piloto	40 OSC envolvidas na operacionalização do mecanismo, nas 3 Províncias piloto e em Maputo.	Relatórios de actividades das OSC	OSC
	Captar parcerias para apoio financeiro e técnico	Nº de parceiros que apoiam o DAT a nível técnico e financeiro anualmente	10 parceiros que oferecem apoio técnico e financeiro ao DAT	Relatório de actividades do DAT	MINEDH
Aumentar o número casos denunciados, tramitados e concluídos com celeridade.	Todas as actividades do Plano Operacional, contribuem para alcançar mudanças de comportamento que culminam num aumento do número de casos de violência contra crianças que são identificados, denunciados, tramitados e concluídos de forma mais célere.	Nº de escolas capazes de identificar casos de violência contra as crianças, anualmente, nas 3 províncias piloto	X escolas reportaram casos de violência contra as crianças, anualmente nas 3 províncias piloto	Fichas de recolha de dados das escolas	SDEJT
		Nº de casos de violência contra as crianças nas escolas denunciados às autoridades, anualmente nas 3 províncias piloto	X casos denunciados anualmente nas 3 províncias piloto	Livros de ocorrências e outros registos de denúncias efectuadas.	Todos
		Nº de casos de violência contra as crianças nas escolas a serem tramitados, anualmente nas 3 províncias piloto	X casos de violência, tramitados anualmente nas 3 províncias piloto	Registos de casos	PGR
		Nº de casos de violência contra as crianças nas escolas a serem concluídos, anualmente, nas 3 províncias piloto	X casos de violência, concluídos anualmente nas 3 províncias piloto	Registos de casos	PGR
		Nº de dias usados para a resolução de casos de violência contra a criança nas escolas, nas 3 províncias piloto	X dias usados para a resolução de casos de violência, contra a criança nas escolas, nas 3 províncias piloto	Registos de casos	PGR



Plano Operacional e Cobertura das Actividades

Este plano operacional tem a duração de 18 meses e servirá para financiar as actividades a desenvolver em três províncias piloto: Nampula, Zambézia e Cabo Delgado. Findo o ano piloto, uma avaliação externa rigorosa deverá mostrar evidências do que correu bem, do que pode ser melhorado e apontar caminhos para a expansão da implementação do Mecanismo Multisectorial a outras províncias.

As províncias escolhidas nesta primeira fase basearam-se, no caso de Nampula e Zambézia, nos recursos já existentes e por serem das províncias mais populosas do país o que facilita a implementação do plano operacional, para que este primeiro ano possa orientar a expansão nos seguintes anos e Províncias. A escolha de Cabo Delgado deve-se às necessidades específicas da província nesta fase de instabilidade e conflito, em que a violência contra as crianças na escola, na família e nas comunidades pode aumentar e onde o sector da educação também está mais frágil beneficiando, assim, de um mecanismo multisectorial onde poderá ter apoio de outros sectores.

Cobertura das actividades:

Maputo	PROVÍNCIAS	DISTRITOS
Reuniões semestrais de Coordenação	Encontros Provinciais (No âmbito dos Encontros Nacionais de Género)	Reuniões trimestrais de Coordenação
Criação e Gestão de Base de Dados	Reuniões semestrais de Coordenação	Recolha de dados e reporte
Avaliação Externa	Recolha de dados e reporte	Avaliação Externa
Produção e disseminação do Manual de Formadores	Avaliação Externa	Aquisição de motorizadas
Produção e Distribuição de material de divulgação (brochuras, posters, t-shirts)	Visitas de monitoria	Distribuição do material de divulgação
Formação de Formadores (MINEDH e CFJJ)	Disseminação do Manual nas formações	Formação Repartições de Educação Geral
Acções de advocacia	Distribuição do material de divulgação	Formação dos Coordenadores das ZIP
Participação programas de radio e televisivos	Formação de Formadores (MINEDH e CFJJ)	Capacitação dos CCPC, Parlamento Infantil e Permanentes do INAS
Capacitação da Comunicação Social	Formação Grupos de Referência Provinciais	Formação da comunidade escolar
	Formação de Inspectores da Educação	Formação dos dinamizadores dos Circulos de interesse
	Participação programas de radio e televisivos	Capacitação de facilitadores do MISAU - Cantinhos da Saúde
	Capacitação da Comunicação Social	Capacitação de Planificadores e PFG para trabalhar os PES
		Palestras nas escolas
		Palestras nas comunidades
		Programas com rádios locais

Com apoio de:

